

Fronteira Brasil-Bolívia: Interações e características do espaço fronteiriço

1.Introdução

A divisa entre Brasil e Bolívia tem uma extensão de 3.423 km, ou seja, 20% da linha divisória continental do Brasil com os países vizinhos. Desse total, 751 km é fronteira seca e 2.672 km de água (fluvial). A zona de fronteira formada pelos dois países engloba faixas fronteiriças pertencentes a quatro estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e três departamentos bolivianos (Pando, Beni e Santa Cruz de la Sierra). Durante décadas essa extensa fronteira pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais, porém na atualidade vários eventos mostram sua importância estratégica e geográfica, entre eles, projetos públicos e privados de integração sul-americana, e novas políticas desencadeadas pelo governo Evo Morales.

O isolamento dos respectivos centros políticos é uma marca histórica na estruturação territorial da fronteira entre os dois países. As dificuldades na implementação de um povoamento estável e duradouro tornaram essa área pouco aproveitada no desenvolvimento de atividades econômicas relevantes e foram um desafio para a consolidação e demarcação dos limites dos Estados-nacionais na América do Sul (BRUSLÉ, 2007). Com exceção de alguns momentos de surtos econômicos, como a exploração da borracha no departamento de Pando e no estado do Acre, a fronteira do Brasil com a Bolívia se caracterizou por suas condições de “empty, unknown, formely negative frontiers of separation” (FIFER, 1966: 360).

“[...] Bolivia’s frontier with Brazil embodies many of the most serious problems affecting the South American interior, particularly its abiding emptiness and isolation, its incoherent land communications and the resulting burden imposed by sheer distance from the fast-growing wealth of the seaboard.” (FIFER, 1966: 372)

As comunicações, o povoamento e as atividades econômicas foram fortemente orientados pelo sentido da drenagem das bacias hidrográficas da região – bacia do Paraguai, ao sul, e bacia Amazônica, ao norte. A ausência de infra-estrutura de transportes e comunicações terrestres condicionaram que as vias fluviais fossem os caminhos preferenciais de contato e de trocas da zona de fronteira com outras regiões (FIFER, 1966; SOUCHAUD e CARMO, 2006). Desse modo, a circulação de bens e informações oriundas de regiões distantes foi mais importante na estruturação da zona de fronteira do que a circulação regional. Nesse contexto, uma cidade como Cobija, em Pando, era praticamente uma extensão econômica do território do Acre (FIFER, *op cit*: 368); e Corumbá, no Mato Grosso do Sul, mantinha contatos mais intensos com a bacia do Prata do que com áreas vizinhas (SOUCHAUD e CARMO, *op cit*: 6).

Porém, na atualidade, a fronteira perdeu em grande parte a concepção de lugar da depravação e do isolamento, ganhando cada vez mais uma dimensão ligada a um espaço de trocas e de comunicação (HOUSE, 1980; MACHADO, 2000 e 2006; RIBEIRO, 2001). Processos que atuam em diversas escalas geográficas mudam a perspectiva da atuação do estado nacional sobre as fronteiras, tendo que ajustar suas políticas a essas novas dinâmicas, de intensificação das interações transfronteiriças e da formação de blocos econômicos regionais, como o Mercosul. Assim, com a força que ganham as políticas de integração

econômica na América do Sul, os conflitos advindos do aumento das trocas e da crescente interdependência entre os países, a fronteira assume um papel estratégico como espaço articulador entre os dois territórios nacionais.

“As manifestações mais em evidência dessas mudanças têm sido, de um lado, os agrupamentos funcionais de Estados (Comunidade Européia, uniões aduaneiras como Nafta, Mercosul, etc.), a proliferação de organizações internacionais e transnacionais, e as diásporas de povos com nacionalidades compósitas; de outro, as formas de organizações em rede, possibilitadas pela revolução tecnológica dos meios de comunicação e informacionais, rápidos em redefinir espaços de transação não coincidentes com o espaço territorial dos Estados nacionais.” (MACHADO, 2000:10)

Portanto, o conhecimento das características do terreno onde se dão essas mudanças é uma tarefa essencial no entendimento da natureza dos problemas que ocorrem na zona de fronteira. É a esse objetivo que se põem este texto, descrever algumas das características que qualificam este espaço de contato entre o Brasil e a Bolívia, assim como, observar quais as interações são mobilizadas entre os dois países.

2.Faixa, zona de fronteira e interações transfronteiriças

Os conceitos de limite e fronteira são facilmente tomados como sinônimos, porém esses termos apresentam importantes diferenças que devem ser explicitadas. A fronteira se caracteriza por ser um lugar de comunicação e troca entre dois domínios territoriais distintos (RIBEIRO, 2001). Ela é uma construção social materializada nas relações entre os povos que vivem o cotidiano do contato e das trocas. A fronteira é do “domínio dos povos”, enquanto que o limite pertence ao “domínio da alta diplomacia” (MACHADO, 2000). Isso significa que se a fronteira surge como uma realidade espacial e social, com características próprias de lugares de contato, o limite está ligado a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos no intuito de delimitar soberanias e jurisdições, neste caso, os limites do Estado-Nação.

“A fronteira está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados ‘para dentro’ (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos ao governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. [...] Visto desta forma, o *limite*, não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira.” (MACHADO, 1998: 42)

Devido a esse caráter dinâmico da fronteira, articulador de trocas, mas também catalisador de conflitos, fora do controle estrito do Estado territorial, existe uma preocupação de fazer coincidir a fronteira com o limite internacional. Porém, a multiplicação de redes legais e ilegais que se articulam na zona de fronteira, assim como, novos regulamentos que

alteram a isonomia no interior dos territórios nacionais aumentam a indeterminação dos conceitos de limite e fronteira, assim como as atribuições do Estado no controle de sua superfície territorial (MACHADO, 2000; RIBEIRO, 2001).

Alguns Estados buscam determinar a abrangência dos efeitos do limite internacional através da criação de territórios especiais, onde incidem normas especiais visando o controle e segurança das regiões interiores do território. Elas variam de tamanho e nas leis que as regem. No Brasil a faixa de fronteira é definida com uma largura de 150 km paralela ao limite. A constituição de 1988 determina que todas as terras devolutas localizadas na faixa de fronteira pertencem à união e que a exploração mineral só pode ser permitida mediante autorização do governo federal (STEIMAN, 2002). Na Bolívia, a “zona de seguridad fronteriza” é constituída pela faixa de 50 km paralela ao limite internacional. Nessa área nenhum estrangeiro pode adquirir nenhuma propriedade, nem títulos de águas, ou do subsolo. Em caso de estrangeiro residente e proprietário de terras, o governo boliviano pode desapropriá-lo sem direito a indenizações (BOLIVIA, 2007: 68).

No entanto, neste trabalho, adotaremos como recorte a zona de fronteira, que é constituída pela união das regiões de fronteira dos dois países. Será adotada a medida da faixa de fronteira brasileira, 150 km, mais uma faixa de mesma medida para o lado boliviano, permitindo assim, uma melhor comparação das regiões de fronteira.

Se a faixa de fronteira está ligada a uma expressão *de jure*, relacionada aos efeitos do limite internacional, a zona de fronteira se liga a uma idéia de espaço de interações, um espaço de assimetrias oriundas da presença do limite internacional, onde ocorrem contatos sociais, econômicos e culturais. Essa idéia é materializada com maior força nas cidades-gêmeas. Esses núcleos urbanos que ocorrem aos pares ao longo do limite internacional têm uma dinâmica de interações locais intensas e cotidianas, caracterizando uma paisagem tipicamente fronteiriça (MACHADO *et all* 2006).

A constituição da zona de fronteira pela união de duas regiões de fronteira com conteúdos territoriais específicos criam assimetrias espaciais mobilizadoras de interações (RIBEIRO, 2001):

“[...] são ainda os conteúdos peculiares à cada estado nacional (dentre os quais sua base produtiva, moeda, legislação e indicadores econômicos), cuja territorialidade é definida pelo limite internacional, que criam *diferenciais* econômicos, políticos e tecnológicos que presidem, em grande parte, os fluxos internacionais.” (Machado *apud* RIBEIRO, 2001:15)

Ribeiro (2001) analisa diversos estudos sobre interações espaciais, especialmente os que tratam dos efeitos do limite internacional nos fluxos de bens e mercadorias. A zona de fronteira estaria inserida em uma área de interações “distorcidas”. O limite internacional causaria o que se costumou chamar de efeito-barreira, os seus efeitos sobre as interações causariam uma distorção no campo de influência do fenômeno, não mais correspondendo a um círculo perfeito, imaginado em condições de um espaço idealmente isotrópico. Isso se deve a presença das estações aduaneiras que taxam os produtos e esse acréscimo no preço é rebatido em um acréscimo proporcional na distância.

Segundo House (1980) a concentração das assimetrias na zona de fronteira seria um aspecto fomentador de cooperação entre os países. Dependendo do grau de abertura e de diversidade dos elementos existentes na zona de fronteira poderiam ser geradas complementaridades e um ambiente de desenvolvimento conjunto das regiões de fronteira.

O modelo de interações transfronteiriças aqui adotado, proposto por Lia Machado, coloca a zona de fronteira como área de interações em várias escalas, não limitada apenas às interações locais e regionais, mas aberto a interações com o ambiente externo, sendo então um 'sistema aberto', mutável e adaptável (MACHADO *et all* 2006). Iremos priorizar em nossa análise das interações na zona de fronteira do Brasil com a Bolívia aquelas que ocorrem nas escalas regionais transfronteiriças e com outras regiões nacionais.

3.Caracterização da zona de fronteira

Dentro deste marco teórico analisaremos a distribuição de três elementos na zona de fronteira Brasil – Bolívia, população (densidade demográfica e grau de urbanização), migrações e comércio exterior. Os dados foram coletados nos institutos de pesquisa e estatística dos dois países. Para cada variável foram confeccionados mapas analíticos que ilustram a distribuição espacial dos elementos que caracterizam a zona de fronteira.

3.1.População

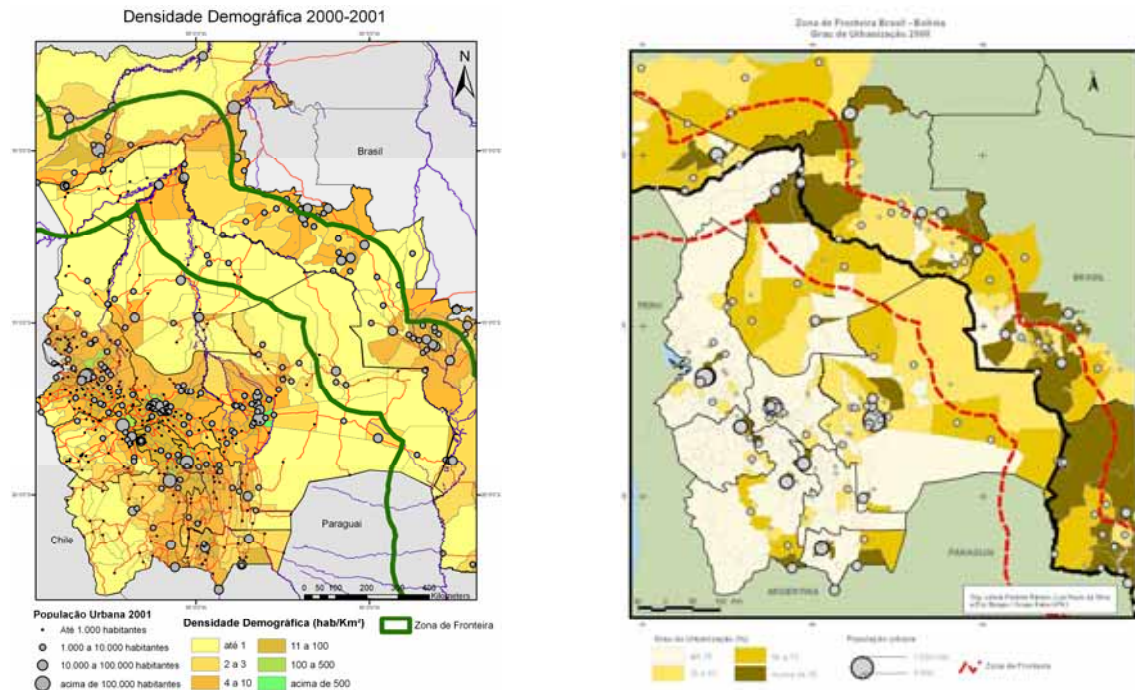
Como foi dito anteriormente, a zona de fronteira é caracterizada historicamente pelo isolamento e pelo povoamento pouco denso. Isso pode ser visto no mapa que ilustra a distribuição da densidade demográfica nos anos de 2000 para a Bolívia e 2001 para o Brasil. No território boliviano a população se encontra fortemente concentrada na região andina, ou ocidente boliviano. As regiões orientais do país, dos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz são ainda pouco povoados. Já na região de fronteira brasileira, processos de ocupação da fronteira de povoamento amazônico configuraram uma área mais ocupada. Essas características tendem a ser modificadas com as dinâmicas atuais da zona de fronteira.

O mapa de taxa de crescimento populacional evidencia que a região de fronteira boliviana tem um crescimento maior do que a maior parte do país e que também uma importante característica desse crescimento é a sua urbanização. Os mapas indicam também que o processo da urbanização não se dá de forma isolada no sistema urbano, ele ocorre em conjuntos de cidades que articulam uma complexa rede urbana na zona de fronteira amazônica (MACHADO, 1995).

No segmento norte observam-se um intenso crescimento da população, predominantemente urbana, nas faixas de fronteira do Acre, Rondônia e Mato Grosso. O crescimento acima de 5% se estende pelas regiões da chapada dos Parecis, centro-sul de Rondônia, Porto Velho e o leste do Acre.

Na faixa de fronteira boliviana notamos uma continuidade das características urbanas da faixa brasileira, assim como um crescimento da população, porém com valores menores. Notadamente ocorre nessa zona de fronteira uma expansão de sistemas produtivos ligados a fronteira de povoamento amazônica, entre eles de pecuaristas e madeireiros que desenvolvem suas atividades baseados no Brasil, mas com explorações em território boliviano, nos departamentos de Pando e Beni (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO / Grupo Retis, 2005). Essa realidade mostra o caráter interativo da zona de fronteira, a interpenetração de estruturas e processos que não podem ser limitados e controlados pelos limites internacionais (MACHADO, *op cit*).

Outra frente de expansão em direção à zona de fronteira parte do interior da Bolívia, do departamento de Santa Cruz de la Sierra. Este departamento já se tornou o mais dinâmico economicamente do país, estruturado principalmente a partir da extração do gás natural e da produção de soja nas planícies pré-andinas. A área de influência dessa região começa a se estender até as proximidades da fronteira. Esse processo tem uma grande participação de brasileiros que reproduzem na Bolívia um modo social e produtivo semelhante ao que mantinham no Brasil, só que com uma interrupção de aproximadamente 100 km, que corresponde à área do Pantanal e do Chaco boliviano (SOUCHAUD e CARMO, 2006).



5.2. Migrações

Os resultados encontrados sobre as migrações confirmam a hipótese da interpenetração de elementos do território além dos limites de cada Estado. Estudos feitos sobre migrações em área de fronteira mostram que a mobilidade populacional transfronteiriça condiz às assimetrias do território (SOUCHAUD & CARMO, 2006). Espacialmente, a migração na zona de fronteira Brasil-Bolívia é concentrada nos departamentos que fazem divisas com o Brasil e com o Paraguai, em torno de 60% da migração internacional.

A presença de migrantes brasileiros em território boliviano é mal distribuída e se caracteriza por ser uma interação tipicamente regional. 75% dos nascidos no Brasil, registrados no último censo, residiam nos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz. Essa presença se interioriza no entorno da cidade de Santa Cruz de la Sierra, muito ligada à industrialização e à expansão da sojicultura nessa região e também no centro-oeste do departamento de Beni, área de expansão da frente madeireira a partir do estado de Rondônia.

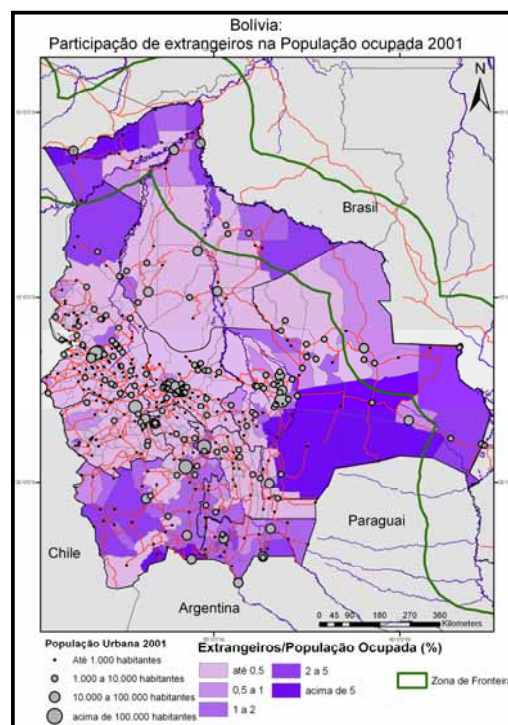
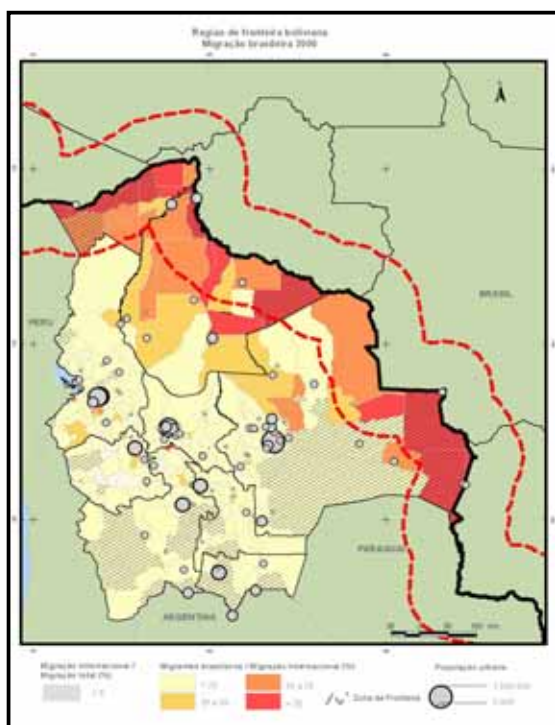
Os bolivianos no Brasil também apresentam uma distribuição fortemente ligada a proximidade da fronteira, porém a maior parte dos imigrantes bolivianos se dirigem para a região metropolitana de São Paulo, 39%, e utilizam a zona de fronteira como passagem,

especialmente as cidades-gêmeas. Estas servem como espaço de trânsito dos migrantes, onde estão articuladas diversas redes sociais que facilitam a chegada do migrante ao seu local de destino inicial (SOUCHAUD e CARMO, *op cit.*).

Neste mesmo trabalho, Souchaud e Carmo (2006) propõem uma tipologia das migrações transfronteiriças ligadas a espacialização do fenômeno e o modo de inserção do migrante no espaço de destino. Ela nos é útil, pois mostra a variedade de escalas articuladas nas interações transfronteiriças. O caso de brasileiros emigrantes na região de fronteira boliviana está contido na categoria “fronteira unilateral”. Este movimento está relacionado com a difusão e (re) produção de um meio social com influências de apenas um lado da fronteira. Outro tipo, ainda tipicamente fronteiriço, é a “fronteira de vizinhanças recíproca”, este é o tipo relacionado com as trocas e fluxos cotidianos em busca de vantagens e diferenciais criados pela existência do limite internacional, ele é reversível e tem como origem e destino centros urbanos localizados na zona de fronteira onde são encontradas melhores condições de mercado de trabalho, saúde, educação, etc. Estes dois tipos de migrações demonstram o caráter tipicamente regional desse tipo de interação transfronteiriça, ligados as condições especiais da zona de fronteira enquanto espaço de contato e de trocas entre o Brasil e a Bolívia.

Ao mesmo tempo em que as migrações são um indicativo da maior interação entre os dois países e de uma integração regional relacionada às complementaridades existentes na zona de fronteira, elas também podem ser um catalisador para futuros conflitos entre os dois países, tanto na escala local como nacional. Exemplos dessa condição ambígua das migrações são os debates e disputas pela legalização dos migrantes bolivianos residentes em São Paulo e as políticas do governo de Evo Morales em relação à propriedade de brasileiros localizada na área de segurança fronteiriça, além das suspeitas de participação de migrantes brasileiros nos conflitos contrários à política do governo de La Paz, como no caso do massacres de Pando em 2007.

No mapa de trabalhadores por lugar de origem, neste caso estrangeiros nos mostra a importância dos trabalhadores, intuitivamente brasileiros, presentes na região de fronteira da Bolívia com o Brasil. Os valores são significativos em localidades distantes do limite internacional, como a região de Santa Cruz e o norte do departamento de La Paz, importantes regiões de implantação do agronegócio na Bolívia.



A passagem de boa parte de migrantes por Corumbá nos indica a importância dessa rota para os fluxos que integram os dois países. A presença na região de redes sociais de apoio ao migrante, assim como de redes de transporte rodoviário, além da menor distância em relação a São Paulo nos fornecem alguns elementos para afirmar que este

3.3.Comércio exterior

O último elemento de interação transfronteiriça que nos propomos a analisar é o comércio exterior. Esse elemento é mobilizado pelas diferentes configurações produtivas dos países. Os fluxos buscam suprir as deficiências de bens e mercadorias de um país, complementando o quadro de produtos comercializados em uma área. O que nos interessa saber é a origem e o destino desses fluxos. E como eles utilizam a zona de fronteira.

Fatores que determinam o nível de interações comerciais entre dois países são a distância geográfica; complementaridades obtidas com as trocas comerciais, fator expresso pela diversidade da base produtiva e pelo tamanho da economia; e pela infra-estrutura de transporte e comunicações entre dois locais (NINA, 2002). Avaliando o peso desses fatores para as trocas comerciais bolivianas, o autor conclui que a proximidade geográfica das áreas de origem das importações e de destino das exportações são vitais para o comércio exterior boliviano, devido à sua localização central no continente sul-americano. O nível de comércio também é diretamente proporcional ao tamanho das economias envolvidas. O Brasil, portanto, é um país importante para o comércio exterior boliviano já que é a maior economia do continente e vizinho da Bolívia.

Em relação à infra-estrutura é visto que na relação Brasil – Bolívia este é um complicador. As relações comerciais bolivianas seriam beneficiadas por este fator nas interações com o Chile e o Peru, pois têm uma melhor rede de transportes entre estes países (NINA,2002).

Mesmo assim o Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia no continente. As trocas são estruturadas justamente entre as regiões com as maiores economias dos dois países, o Centro-Sul brasileiro, e os departamentos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, na Bolívia.

Os padrões espaciais encontrados nestes fluxos são externos à zona de fronteira. Os principais estados exportadores para a Bolívia são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso. A pauta de exportação desses estados é bastante diversificada, incluindo produtos industrializados, bens de consumo duráveis, não duráveis, bens de capital, entre outros. O destino são os departamentos industriais da Bolívia e os maiores valores são exatamente para esses tipos de produtos: bens de capital, máquinas para a indústria e máquinas para a agricultura. Fica evidente que as trocas comerciais entre os dois países têm como origem e destino regiões distantes da zona de fronteira.



Analisando as trocas em sentido contrario, da Bolívia para o Brasil, notamos que o principal produto da pauta é o gás natural, extraído principalmente nos departamento de

Oruro, Santa Cruz e Tarija, nas regiões chamadas de subandinas. O gás tem como principal consumidor no Brasil as indústrias, que estão localizadas no centro-sul, porém o valor de entrada é dado no município de Corumbá, por onde passa o gasoduto. Os fluxos da Bolívia para o Brasil também apresentam a mesma escala de ocorrência, ligando as regiões mais industrializadas na busca de uma complementaridade comercial que não envolvem diretamente a zona de fronteira. A fronteira nestes casos possui uma função quase que exclusivamente de passagem de mercadorias.

Chamou-nos atenção em relação a este elemento, a especificidade do município de Corumbá.

Os municípios da zona de fronteira no caso estudado apresentaram baixos valores nas trocas comerciais com a Bolívia. Os que tiveram maior destaque foram às cidades-gêmeas. Essas trocas são geralmente de produtos de baixo valor e de uso cotidiano. Também tiveram destaque os municípios que são grandes produtores de soja, como Sapezal e Reserva do Cabaçal, no entanto as exportações desses municípios, em sua grande maioria, são destinadas a terceiros países. Corumbá é a principal exportadora localizada junto ao limite internacional, com altos valores para terceiros países e o principal exportador para a Bolívia. Ele também é o município que mais importa no segmento Brasil-Bolívia da faixa de fronteira.

O seu principal produto de exportação é o minério de ferro que é exportado via hidrovía Paraná-Paraguai, esta conecta a região com a bacia do Prata, onde se localizam diversas siderúrgicas que beneficiam o ferro sendo reexportado para outros países. O município também é um importante entroncamento na rede de distribuição da soja produzida no estado de Mato Grosso, beneficiada em indústrias ao longo da hidrovía, como a Gravetal, situada no município de Puerto Suarez, cidade gêmea de Corumbá. Existem também ligações ferroviárias e rodoviárias com o centro-sul do Brasil e com o departamento de Santa Cruz. Por último, é por Corumbá que o gasoduto Brasil-Bolívia entra em território brasileiro.



Assim, notamos que as trocas comerciais entre o Brasil e a Bolívia se articulam com pouca participação da zona de fronteira, exceto para o comércio local que tem valores irrisórios comparados ao total do fluxo. Também vimos que municípios, como Corumbá, articulam circuitos que conectam a zona de fronteira com terceiros países e que tem uma função de passagem dos produtos que atravessam a fronteira devido à presença de redes logísticas importantes.

4.Considerações finais

Vimos neste trabalho que a zona de fronteira do Brasil com a Bolívia é um importante espaço de articulação e de comunicação entre as lógicas territoriais dos dois Estados. As características e os processos que ocorrem em um lado da fronteira não são detidos pelo limite internacional, formando um espaço de interações transfronteiriças.

Em relação aos elementos utilizados em nossa caracterização, eles demonstram exatamente este caráter fluído da fronteira. O processo de crescimento da população que tem como centros a faixa de fronteira brasileira e a região da cidade de Santa Cruz de la Sierra se propaga à região de fronteira boliviana, que apresentou um crescimento considerável da população que é predominantemente urbana.

As migrações internacionais mostram a penetração do povoamento brasileiro no interior da faixa de fronteira boliviana, propagando um novo modo de relações sociais e que configuram um tipo de interação tipicamente regional, marcado pela proximidade da área de origem e de destino.

O comércio exterior mostra que a zona de fronteira tem um papel secundário nas relações comerciais entre os dois países, exceção feita aos locais que concentram as redes que fazem a conexão logística, como Corumbá. Ele também nos mostra as outras escalas que podem ser articuladas da zona de fronteira, sejam interações com terceiros países, seja entre as regiões centrais dos países.

O trabalho de caracterização da zona de fronteira ainda não está terminado. Aqui analisamos apenas alguns elementos, ainda existem diversos para serem estudados. No futuro pretendemos continuar esta pesquisa, analisando elementos como a base produtiva das regiões de fronteira; o setor de transportes, para uma maior compreensão das condições materiais para as interações e caracterizar o mercado de trabalho da zona de fronteira Brasil – Bolívia.

5.Referencias bibliográficas

BOLIVIA. Constituição (2007). **Nueva constitución política del estado**: promulgada em Dezembro de 2007. Disponível em: <http://abi.bo/>. Acesso em: 18 de Maio de 2008.

BRUSLÉ, Laetitia P., The front and the line: the paradox of south american frontiers applied to the bolivian case. **Geopolitics**, v.12, 2007: 57-77.

FIFER, Valerie. Bolivia's boundary with Brazil: a century of evolution. **The geographical review**. V.132, N°3, 1966: 360-372.

HOUSE, J.W. The frontier zone: A conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**. Vol.1, 1980: 456-477.

MACHADO, Lia O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: Ano: IX, nº:1/4, jan/dez, 1995, p. 83-106.

_____. Limites, fronteiras e redes. In. Strohaecker T.M, Damiani A.(org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49

_____. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 8, 2000, p. 9-29,.

MACHADO, Lia O. ; HAESBAERT, R. ; RIBEIRO, L. P. ; STEIMAN, R. ; PEITER, P. ; NOVAES, A. R. . Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: Tito Carlos Machado de Oliveira. (Org.). **Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras**. 1 ed. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, v. 1, p. 87-112.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO/Grupo Retis (L.O.Machado, L.P. Ribeiro, P. Peiter, R. Steiman, M.C. Castro, A.R. Novaes - UFRJ e R.Haesbaert-UFF). 2005. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional**. Brasília: IICA/Ministério da Integração nacional.

NINA, Osvaldo. El comercio bilateral y los bloques comerciales: caso de Bolívia. **IISEC- Documentos de trabajo**, La Paz, v.13, 2003. Disponível em: <http://www.iisec.ucb.edu.bo/>. Acesso em: 18 de Maio de 2008.

RIBEIRO, Leticia P., **Interações espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai: as cidades gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2001.

SOUCHAUD,S.,CARMO,R.L. 2006. **Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_702.pdf. Acesso em: 17 de Maio de 2007.

STEIMAN, Rebeca. Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras. Acesso em: 18 de Maio de 2008.